

A população universitária portuguesa: uma nota estatística

1. Introdução

Ao reconhecer o interesse dos resultados de uma análise de dados de contabilidade social, não se deve deixar de acentuar o carácter especial da respectiva informação. Em primeiro lugar, ela assenta numa recolha de dados «desprevenida», ou seja, como é corrente, não orientada por nenhum esquema teórico prévio; em segundo lugar, essa recolha abrange apenas uma parte das características dos vários elementos constitutivos do domínio considerado (neste caso, o ensino superior).

A primeira limitação não é totalmente impeditiva da aplicação secundária de um esquema de análise decorrente de um sistema articulado de hipóteses, isto é: da tentativa de atribuir uma significação aos «dados» recolhidos, mediante a sua inserção numa estrutura de relações previamente construída na base de uma determinada teoria. Já porém a limitação do número das características abrangidas pode, nestes casos, constituir um obstáculo insuperável, na medida em que faltem elementos respeitantes a indicadores indispensáveis a uma análise que se pretenda sociológica: está nestas condições, por exemplo, a informação que diz respeito às origens socio-económicas dos estudantes portugueses.

Assim, os dados manipuláveis não permitem mais que a verificação limitada de algumas hipóteses de relações significativas,

* Os comentários que constituem esta nota farão frequentemente referência aos trabalhos de A. SEDAS NUNES, *Estudos sobre a Universidade em Portugal*, separata da revista *Análise Social*, n.ºs 22, 23 e 24, Lisboa, 1968 e também ao trabalho ainda não publicado de José Ângelo CORREIA e Marinús PIRES DE LIMA, «Análise quantitativa da população universitária portuguesa no período de 1940/41 a 1966/67», trabalhos realizados no âmbito do esquema de estudos do Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Calouste Gulbenkian em ligação com o G. I. S.. Ao longo desta nota este último trabalho será assinalado pelas iniciais AC-PL e os dois artigos que constituem a referida separata pelas iniciais SN-1 e SN-2.

ficando sempre em suspenso a avaliação do seu mais profundo significado social. Deste modo, essa extensão de significado só é formulável em termos de suposições, fundadas nos estudos já realizados (em Portugal¹ e sobretudo noutros países), onde foi possível estabelecer o quadro mais ou menos completo de tais relações.

Portanto, a informação que resulta deste tipo de análises é marcada por uma dupla limitação. É uma informação preliminar, apenas descritiva (e mesmo assim condicionada), contendo somente a possibilidade futura de, relacionada com informação mais ampla, constituir um elemento de uma estrutura explicativa.

A presente nota referir-se-á fundamentalmente a dois aspectos de situações do ensino superior em Portugal: o *ritmo do crescimento* dos efectivos da população estudantil e a sua *distribuição por cursos*, fazendo-se, sempre que possível, a *diferenciação e a comparação entre as populações masculina e feminina*.

2. O ritmo de crescimento da população estudantil

2.1 A última *Estatística da Educação* nesta data (Maio de 1971) publicada pelo I.N.E. dá-nos, para o ano lectivo de 1968-69, um total de 41 969 inscritos no ensino superior metropolitano, dos quais 36 101 nas quatro Universidades do Continente. Se a estes 36 101 alunos, juntarmos os efectivos de Arquitectura das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e Porto, cujos diplomas de há largo tempo se equiparam às licenciaturas universitárias, obtem-se um total de 36 675 estudantes, o que, relativamente aos dados anteriores, de 1966-67, segundo o trabalho, já citado em nota de pé-de-página de J. Ângelo CORREIA e Marinús PIRES DE LIMA, representa um crescimento de 20,2 %, no espaço de apenas dois anos (Vd. *Quadro n.º 1*).

¹ Dados relativos às «origens sociais» dos estudantes do ensino universitário em Portugal apenas foram recolhidos esporadicamente. Tal é o caso dos dois inquéritos realizados pela J. U. C. em 1953 e 1964, do inquérito à Universidade de Lisboa (Clássica e Técnica) em 1963/64. Estes dados têm sido largamente trabalhados, permitindo fundas interpretações que, de outra forma, seria impossível avançar. V. artigos in *Análise Social*, n.ºs 20-21 e 22-23-24.

**Taxa de crescimento da população universitária entre 1966-67 e 1968-69,
no total e por sexos**

QUADRO 1

Sexos	Anos lectivos	1966-67	1968-69	Taxa de crescimento entre 1966-67 e 1968-69
	1	2	3	4
	H M	30 515	36 675	20,2 %
	M	17 996	21 091	17,2 %
	H	12 519	15 584	24,5 %

FONTES: Para (2) AC-PL, Quadro A.1.1.; para (3) I. N. E., *Estatística da Educação*, 1968-69.

Se tivermos em conta a ordem de grandeza de que se parte em 1966-67 (30 515), verificamos que esta taxa de aumento confirma a tendência para uma expansão acelerada, de forma a atingir ou mesmo ultrapassar previsões feitas em diversos estudos², no que se refere às dimensões da população estudantil até 1980.

De facto, e em relação às taxas de crescimento apresentadas em AC-PL, de 1954-55 a 1964-65, o aumento agora verificado sugere uma intensificação considerável do ritmo de expansão.

No *Quadro n.º 2*, encontram-se taxas calculadas anualmente, conforme constam no trabalho AC-PL, a par de outra série calculada bi-anualmente, de forma a constituírem um termo de comparação com a última taxa calculada entre 1966-67 e 1968-69, a qual não foi possível desdobrar por no momento faltarem os dados relativos a 1967-68.

² Cfr. em SN-2, p. 149, a referência aos cálculos elaborados no quadro dos Trabalhos Preparatórios do III Plano de Fomento e ao estudo efectuado no GEPAE por Mário MURTEIRA, Maria de Lourdes MIRA FEIO e António OLIVEIRA. No último destes estudos prevê-se para 1976-77, tendo em conta o aumento dos efectivos escolares ao nível do término do 2.º ciclo liceal, uma população universitária da ordem dos 64 milhares e em 1980-81 dos 79 milhares.

Taxas de crescimento da população universitária, nos anos de 1955/56 a 1968/69

QUADRO 2

Anos	Taxas anuais (*) HM	Taxas bi-anuais		
		HM	H	M
1955/56	1,4 %	7,7 % (b)	5,1 % (b)	14,0 % (b)
1956/57	6,2 %			
1957/58	0,8 %	9,1 % (b)	10,8 % (b)	5,4 % (b)
1958/59	8,3 %			
1959/60	3,7 %	14,4 % (b)	12,2 % (b)	20,0 % (b)
1960/61	10,4 %			
1961/62	2,3 %	11,8 % (b)	4,6 % (b)	27,8 % (b)
1962/63	9,3 %			
1963/64	5,4 %	15,1 % (b)	9,0 % (b)	26,3 % (b)
1964/65	9,2 %			
1965/66	7,6 %	17,2 % (b)	13,0 % (b)	23,8 % (b)
1966/67	8,9 %			
1967/68	—	20,2 % (c)	17,2 % (c)	24,5 % (c)
1968/69	—			

FONTES: (*) Dados recolhidos de AC-PL; (b) Cálculos efetuados sobre os números absolutos indicados em AC-PL, Quadro A.1.1., (c) Vd. Fontes do *Quadro n.º 1* deste nosso texto.

Confrontando esta última taxa com as anteriores, apareceu-nos confirmada e acentuada uma curva ascensional já antes bem visível. Efectivamente, a diferença é notável entre os 15,1 % de aumento entre 1962-63 e 1964-65 e os 20,2 % entre 1966-67 e 1968-69. Se, porém, introduzirmos de permeio a taxa entre 1964-65 e 1966-67 de 17,2 %³, (taxa de crescimento acumulado nos dois anos), essa diferença torna-se menos espectacular, confirmando-se

³ As taxas de crescimento entre 1964-65 e 1966-67 foram por nós calculadas sob as duas formas (anualmente e bi-anualmente) sobre os dados que constam do quadro A 1.1 do trabalho de Ângelo CORREIA e M. PIRES DE LIMA.

apenas, como já antes se disse, a persistência de um rápido ritmo de crescimento.

Na verdade, pelas taxas bi-anuais, mais que pelas taxas anuais que apresentam oscilações bastante acentuadas, define-se o perfil de uma procura de ensino universitário cujo ritmo de crescimento se acelera. Dos 7,7 % de aumento entre 1954-55 e 1956-57 aos 20,2 % entre 1966-67 e 1968-69, a progressão é, com uma única excepção, constante.

O facto de em 14 anos estas taxas terem assim aumentado não deve causar surpresa, se se tiver em conta o limiar registado à partida. Na verdade, o total dos efectivos em 1954-55 era de 15 031 indivíduos, constituindo um coeficiente de 17,7 por cada 10 000 habitantes da população total, valor internacionalmente baixo⁴, justificando-se deste modo a persistente intensificação ulterior do ritmo dos aumentos. De resto, é previsível que essa intensificação se mantenha ainda por algum tempo, pois que se os valores dos coeficientes da relação com a população (total e dos grupos dos 20-24 anos de idade) têm vindo igualmente a crescer (v. *Quadro n.º 3*), as respectivas posições ainda estão longe das que, num confronto internacional, mais elevadas se apresentavam, à roda dos anos 1960-61, segundo os dados reunidos e apresentados por A. SEDAS NUNES, no seu artigo «A população universitária portuguesa: uma análise preliminar» já citado⁵. Assim, e a incrementar-se uma política de promoção educacional, só dentro de alguns anos a taxa de crescimento (que não o crescimento em número absoluto) tenderá eventualmente a baixar.

2.2 Se se considerar agora o crescimento em cada um dos sub-conjuntos determinados pelo sexo, verifica-se que a taxa de aumento dos estudantes do sexo feminino é francamente superior à do sexo masculino, entre os anos 1966-67 e 1968-69: 24,5 % para o sub-conjunto M (mulheres), 17,2 % para H (homens).

Ao longo da série cronológica fixada, a evolução das taxas de crescimento em H, embora revele uma tendência destas para aumentar, é bastante mais irregular que no sub-conjunto feminino. As taxas femininas, apresentando um ponto nitidamente depressivo entre 1956-57 e 1958-59, registam uma subida espectacular entre 1958-59 e 1960-61 (de 5,4 % para 20,0 %), mantendo-se daí em diante, ainda que com algumas oscilações, sempre em níveis superiores a 20,0 %.

Por outro lado, as taxas em M apresentam-se sempre, excepto num caso, acima das masculinas, o que de certo modo é compre-

⁴ Era esta a situação de um país como a Turquia em 1961, só ficando abaixo dela países caracterizados por nítido sub-desenvolvimento. Cfr. SN-1, *Quadro n.º 1*, p. 13; cfr. *ibidem*, *Quadro n.º 2*, p. 15.

⁵ Vd. SN-1, *Quadro n.º 1*, p. 13.

Número de estudantes, por cada 10 000 habitantes

QUADRO 3

		Sexos			
		HM	H	M	
Anos		1	2	3	4
n.º de estudantes por 10 000 habitantes	1954-55	17,7 (a)	—	—	—
	1955-56	17,8 (a)	—	—	—
	1956-57	18,8 (a)	—	—	—
	1957-58	18,8 (a)	—	—	—
	1958-59	20,2 (a)	—	—	—
	1959-60	20,8 (a)	—	—	—
	1960-61	22,8 (a)	—	—	—
	1961-62	23,1 (a)	—	—	—
	1962-63	25,0 (a)	—	—	—
	1963-64	26,2 (a)	—	—	—
	1964-65	28,5 (a)	—	—	—
1968-69 (b)	38,2	45,5	31,4	—	
n.º de estud. por 1 000 hab. dos 20-24 anos	1961-62 (c)	30,0	—	—	—
	1968-69 (b)	54,3	67,4	43,0	—

FONTES: (a) Dados colhidos em AC-PL, Quadro 1.1; (b) Para os dados referentes a 1968-69: I.N.E., *Estatística da Educação*, 1968-69 e *Anuário Demográfico*, 1969; (c) dados colhidos em SN-1, Quadro n.º 2, p. 15.

ensível, considerando a desigualdade dos pontos de partida: em 1954-55 havia 10 684 rapazes para apenas 4 347 raparigas, traduzindo-se numa repartição percentual de 71,1 % — H e 28,9 % — M. Outro indicador de um mais rápido (relativo) crescimento da população feminina universitária é a também crescente percentagem de raparigas no total dos efectivos das Universidades. Esta percentagem tem vindo a aumentar, praticamente sem quebras, desde os citados 28,9 % de 1954-55 até aos 42,5 % de 1968-69. (V. *Quadro n.º 4*).

Que esta progressiva feminização não representa ainda a perfeita igualdade de oportunidades entre os sexos, revelam-no os diferentes coeficientes obtidos para H e para M, quando se comparam as populações estudantis com a população total e com a população do grupo etário dos 20-24 anos de idade. Enquanto pelo primeiro confronto a sub-população H obtém um coeficiente de

Evolução das percentagens de estudantes do sexo feminino, no total da população estudantil

QUADRO 4

Anos	Estudantes do sexo feminino	Números absolutos	%
	1	2	3
	1954-55	4 347	28,9
	1955-56	4 593	30,1
	1956-57	4 954	30,6
	1957-58	4 901	30,1
	1958-59	5 322	29,6
	1959-60	5 649	30,8
	1960-61	6 266	31,0
	1961-62	7 082	34,2
	1962-63	8 009	35,4
	1963-64	9 120	38,3
	1964-65	10 114	38,9
	1965-66	11 281	40,3
	1966-67	12 519	41,0
	1968-69	15 584	42,5

FONTES: Para os anos lectivos desde 1954-55 a 1966-67, dados recolhidos em AC-PL, Quadros A. 1.1 e 1.7; para o ano lectivo 1968-69, INE, *Estatística de Educação*, 1968-69.

45,5 (por 10 000 habitantes), a sub-população feminina apenas atinge 31,4; quanto ao segundo, a diferença é entre 67,4 % para H e 43,0 % para o sub-conjunto M⁶.

Além disso, que a maior oportunidade de acesso feminino à educação universitária não é acompanhada de maior latitude do campo de escolhas, é revelado por uma muito persistente forma de distribuição por cursos, sendo esta fortemente distinta da dos seus colegas do sexo masculino, facto de que é já lugar-comum apontar a nítida significação socio-cultural⁷.

Aqui a previsão da continuidade de aumento das taxas femininas, capaz de conduzir à atenuação destas desigualdades (e mesmo só no que se refere às oportunidades de acesso aos estudos universitários, deixando portanto de lado a probabilidade condicional de fazer certo tipo de estudos, revelada pela estrutura objec-

⁶ Dados relativos a 1968-69. Vd. *Quadro n.º 3*.

⁷ A distribuição por cursos será abordada no ponto 3 desta nota.

tiva da distribuição feminina por cursos) é extremamente arriscada, pois que se sabe que a feminização escolar, nomeadamente ao nível superior, é um aspecto da «democratização do ensino», dependendo de um sistema complexo de factores. Como aspecto de um processo de «democratização», a passagem dos efectivos femininos de posições desfavoráveis a posições favoráveis aparece em estreita ligação com a evolução prévia, no mesmo sentido, dos sub-conjuntos da população estudantil definidos pelas suas origens sociais e que se encontram igualmente em situação de sub-representação⁸. Uma prova neste sentido é o facto, registado em vários estudos⁹, de a percentagem de estudantes do sexo feminino ser tanto mais baixa quanto menos privilegiados (do ponto de vista cultural ou socio-económico) são os grupos sociais a que pertencem. Assim em 1963-64, segundo cálculos efectuados sobre os dados do Inquérito à Situação e Opinião dos Universitários, realizado pela CODES¹⁰, a participação feminina, que era no total de 38,5% descia de 41,8% no grupo socio-profissional superior para 37,0% no médio-alto, para 34,4% no médio-baixo, até 27,3% no grupo inferior.

Donde que, se para os rapazes dos estratos sociais mais baixos o possuir estudos superiores é uma perspectiva pouco provável, pouco «legível» pelos sujeitos nas condições objectivas dos seus próprios estratos, para as raparigas dos mesmos estratos essa probabilidade é ainda menor, menos estimuladora portanto da criação de aspirações que incluam o projecto de «tirar um curso». Muito menor é ela também que a probabilidade inerente à situação da rapariga dos grupos sociais mais altos que, se em confronto com os rapazes dos mesmos grupos se encontram ainda algum tanto desfavorecidas, já vão podendo no entanto considerar francamente possível, ou mesmo altamente provável, em conformidade com as condições objectivas dos seus grupos, seguir estudos superiores.

A conclusão que nos parece poder tirar daqui é que uma feminização da população estudantil em fase ascendente, numa si-

⁸ A sub-representação de um grupo não se manifesta sempre por uma baixa percentagem no total. A única forma realista de avaliação é a comparação dos efectivos do grupo na população estudantil com os dos seus homólogos na população global. Ainda aqui as aproximações podem ser sucessivas, pois que se podem comparar os efectivos escolares de um determinado grupo quer com os dos seus homólogos na população activa quer, e mais rigorosamente, com os dos seus homólogos (quanto à variável sexo ou qualquer variável respeitantes à origem social) das mesmas classes etárias. Cfr. os cálculos das oportunidades de acesso à universidade de diferentes estratos sociais in A. SEDAS NUNES, «A Universidade no sistema social português», publicado neste mesmo n.º de *Análise Social*.

⁹ Ver, por exemplo, o estudo de P. BOURDIEU e J. C. PASSERON, *Les étudiants et leurs études*, Paris, Mouton, 1964 e também SN-1, pp. 45, 46.

¹⁰ Cálculos elaborados por A. SEDAS NUNES e publicados em SN-1, p. 46.

tuação em que a base de Recrutamento Social é restrita,¹¹ tem fortes probabilidades de se produzir predominantemente em benefício dos grupos sociais mais altos, mais fortemente escolarizados nos seus sub-conjuntos masculinos e também mais abertos culturalmente (para além das outras determinantes, como a disponibilidade financeira) a uma evolução de valores favorável ao acesso feminino aos estudos superiores.

Portanto, e sob uma conjugação de factores que dá forte prioridade de acesso aos grupos sociais mais favorecidos sobre os menos favorecidos e nestes aos rapazes em relação às raparigas, as raparigas dos grupos sociais menos favorecidos terão que «esperar» que a «democratização» se efective para os seus pares masculinos, a fim de que também a elas sejam abertas as vias de acesso.

Assim, e sem a criação deliberada de condições capazes de provocar, de acelerar e controlar os efeitos de um processo efectivo de democratização, deixando «livre» a acção dos factores considerados, *o mais provável é que após um período relativamente rápido de crescimento dos efectivos femininos, estes sejam de novo ultrapassados na sua expansão pelos efectivos masculinos, até que o sub-conjunto M, então com reflexos na escolarização dos seus estratos mais baixos, inicie uma nova fase de recuperação.*

No entanto, por agora, um primeiro movimento de expansão feminina ainda não parece ter atingido o seu término.

2.3 Pelo *Quadro n.º 5* podem-se observar os efeitos variáveis, ao nível dos diferentes cursos¹² e de cada um dos sexos, do crescimento global verificado.

Considerando em primeiro lugar o conjunto dos dois sexos, registam-se, superiores à taxa de crescimento conjunta (20,2%), as taxas (em ordem decrescente) dos cursos Económicos e Sociais

¹¹ Aqui ainda não foram fornecidos dados directos em apoio desta afirmação. Para tal, cfr. SN-1, pp. 43-45 e sobretudo o estudo já referido «A Universidade no sistema social português». No entanto, os baixos coeficientes «número de estudantes/habitantes» incluídos no *Quadro n.º 3*, apontam, pela sua escassez, para uma situação em que o acesso das camadas sociais menos favorecidas ao ensino superior se revela geralmente limitado.

¹² Para poder calcular taxas de crescimento ao nível dos diferentes cursos e como os dados disponíveis na altura, dizendo respeito ao ano lectivo 1966-67, eram os do trabalho AC-PL, os quais, no domínio dos cursos jurídicos, económicos e sociais (JES) agregam os efectivos dos cursos de Economia e do ISCSPU e no domínio dos cursos científicos e técnicos (CT) agregam igualmente Medicina e Farmácia e Agronomia e Veterinária, não foi possível apurar nesses casos se as diferenças verificadas se devem predominantemente a uns ou a outros desses cursos. Noutros pontos desta nota, sempre que possível e não dependendo de dados comparáveis em 1966-67, as análises por cursos distinguem sempre os que agora aparecem agregados.

Taxas de crescimento por ramos de ensino, agregados de curso e cursos, nos totais e por sexos, observadas entre os anos lectivos de 1966-67 e 1968-69

QUADRO 5

Sexos	Cursos		Cursos de Letras e Bel. Artes LEA ^(a)				Cursos Jurídicos económ. e soc. JES ^(b)			Cursos científicos e técnicos CT ^(c)				
	Total	1	Letras		BA	Total	Direito	E e S	Total	% Exac. e Nat.	M e F	Eng.	A e V	
			Letras	BA										
	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
	20,2	17,6	17,1	25,1	27,3	14,4	39,8	18,1	— 8,3	37,6	19,6	10,2		
H	17,2	11,9	9,2	24,1	19,8	10,5	29,3	16,7	— 15,8	30,5	17,7	2,4		
M	24,5	19,5	19,3	29,3	59,9	34,0	79,8	20,8	— 4,8	49,8	34,0	45,6		
	Números absolutos													
	30 515	8 308	7 849	459	7 440	3 661	3 779	14 767	3 543	4 639	5 833	752		
1966-67	36 675	9 767	9 193	574	9 470	4 188	5 282	17 438	3 250	6 385	6 974	829		
1968-69	17 996	2 096	1 719	377	6 054	3 058	2 996	9 846	1 129	2 923	5 178	616		
H	21 091	2 345	1 877	468	7 254	3 380	3 874	11 492	951	3 814	6 096	631		
1968-69	12 519	6 212	6 130	82	1 386	603	783	4 921	2 414	1 716	655	136		
1966-67	15 584	7 422	7 316	106	2 216	908	1 408	5 946	2 299	2 571	878	195		
1968-69														

Notas: (a) O ramo de LEA inclui todos os cursos das Faculdades de Letras e os cursos de Arquitectura das Escolas Superiores de Belas-Artes; (b) O ramo de JES inclui os cursos das Faculdades de Direito e os cursos da Faculdade de Economia do Porto, do ISCEF e os do ISCPU (E e S); (c) O ramo de CT inclui os cursos das Faculdades de Ciências (excepto os preparatórios de Engenharia, cujos alunos se juntaram aos dos cursos de Engenharia da Faculdade de Engenharia do Porto e do I.S.T.), dos cursos das Faculdades de Medicina e de Farmácia (M e F), dos cursos de Engenharia da Faculdade de Engenharia do Porto e do I.S.T.; e ainda os cursos do Instituto Superior de Agronomia e da Escola Superior de Medicina Veterinária (A e V).

FONTES: Para os dados respeitantes a 1966-67, AC-PL, Quadro A.1.1., para os de 1968-69, I. N. E., *Estatística da Educação*, 1968-69.

com 39,8 %, de Medicina e Farmácia com 37,6 % e Arquitectura com 25,1 %. Destes, os aumentos notórios são efectivamente os dos cursos Económicos e Sociais e os dos de Medicina e Farmácia, visto tratarem-se de efectivos que já se apresentavam como os 3.º e 4.º na ordem das mais fortes participações na população universitária total, garantindo-se-lhes assim as posições anteriormente ocupadas. Inferiores à taxa conjunta ordenam-se decrescentemente os cursos de Engenharia com 19,6 %; Letras com 17,1 %; Direito com 14,4 %; Agronomia e Veterinária com 10,2 % e finalmente Ciências Exactas e Naturais, em que se verifica o considerável *decréscimo* de 8,3 %.

O que é curioso é que de toda esta variedade de situações (pois não só as próprias taxas de crescimento são diferentes, como diferente é o seu significado, dentro de limites próximos, consoante os efectivos a que dizem respeito) não resulta qualquer mudança de posição na série ordinal dos diferentes cursos, ainda que na estrutura percentual haja pequenas alterações de participação. Assim, tal como anteriormente já se verificava, Letras (L) ocupa o primeiro lugar, na ordem decrescente da participação no total da população estudantil, seguida por Engenharia (Eng), Medicina e Farmácia (M e F), Económicas e Sociais (E e S), Direito (D), Ciências (C), Agronomia e Veterinária (A e V) e finalmente Arquitectura (A). Vd. *Quadro n.º 6*.

Por ramos de ensino, o maior acréscimo é o dos cursos jurídicos, económicos e sociais (JES) com 27,3 %, seguido pelos científicos e técnicos (CT) com 18,1 % e finalmente Letras e Belas-Artes (LBA) com 17,6 %. Na repartição pelo total, a ordem das participações percentuais não se altera, continuando, em relação ao ano lectivo de 1966-67, os cursos CT a ocupar o primeiro lugar com 47,6 % do total dos efectivos, seguido por LBA com 26,7 % e JES com 25,8 %. A percentagem destes últimos aumentou de 1,4 %, à custa das perdas relativas de 0,8 % nos cursos CT e de 0,5 % nos cursos LBA. Que este avanço dos cursos JES se deve principalmente aos aumentos nos cursos económicos e sociais prova-o a diferença entre as duas taxas de crescimento, 14,4 % em Direito e 39,8 % nos económicos e sociais e também a diminuição relativa de Direito e o aumento dos E e S no conjunto. Direito passou de uma participação de 12,0 % no total de 1966-67 a 11,4 % em 1968-69 enquanto E e S subiam de 12,4 % para 14,4 % em 1968-69.

2.4 Passando a analisar cada um dos sub-conjuntos masculino e feminino, verifica-se que, *no que se refere aos estudantes do sexo masculino*, ao nível de ramos de ensino, JES foi o ramo mais beneficiado, com 18,8 % de aumento, seguido por CT, já abaixo da média (17,2 %) com 16,7 % e LBA apenas com 11,9 %. Por

Distribuição dos estudantes pelos diferentes cursos e ramos de ensino, no total e por sexos e igual distribuição dos aumentos verificados

QUADRO 6

Sexos e anos lectivos	Total	Cursos LBA			Cursos JES				Cursos GT									
		Total	Letras	BA	Total	Direito	E e S	Econo- mia	ISCSFU	Total	Ciênc. Estat. e Nat.	M e F	Med.	Farm.	Eng.	A e V	Agrôn.	Vet.
	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
HM	100	<27,2>	25,7	1,5	<24,4>	12,0	12,4	—	—	<48,4>	11,6	15,2	—	—	19,1	2,5	—	—
	100	<26,7>	25,1	1,6	<25,8>	11,4	<14,4>	10,9	3,5	<47,6>	8,9	<17,4>	14,0	3,4	19,0	<2,3>	1,8	0,5
H	100	<11,7>	9,6	2,1	<33,6>	17,0	16,6	—	—	<54,7>	6,3	16,2	—	—	28,8	3,4	—	—
	100	<11,1>	8,9	2,2	<34,3>	16,0	<18,3>	14,6	3,7	<54,5>	4,5	<18,1>	16,9	1,2	28,9	<3,0>	2,3	0,7
M	100	<49,6>	49,0	0,6	<11,1>	4,8	6,3	—	—	<39,3>	19,3	13,7	—	—	5,2	1,1	—	—
	100	<47,6>	46,9	0,7	<14,2>	5,2	<9,0>	5,8	3,2	<38,1>	14,8	<16,5>	9,9	6,6	5,6	<1,2>	1,1	0,1

Distribuição dos aumentos verificados entre os dois anos lectivos

Aumentos Verificados	HM	H	M
100	<22,6>	<7,6>	<38,1>
20,8	1,8	2,8	0,8
8,2	<31,5>	<36,6>	<26,1>
23,3	—	9,8	6,4
—	—	26,8	19,7
—	—	—	—
0,0	<46,0>	<55,7>	<35,8>
0,0	—	—	—
27,1	—	27,2	26,9
—	—	—	—
17,7	1,2	0,5	1,9
—	—	—	—
—	—	—	—

curso ou agregados de cursos, M e F colocam-se em primeiro lugar com 30,5 %, seguido por E e S, com 29,3 %, devendo-se de resto a estes a supremacia no crescimento do ramo JES. Engenharia apresenta um crescimento de 17,7 %, suficientemente volumoso (tendo em conta o valor dos seus efectivos em 1966-67) para que a sua posição à cabeça do total da população masculina não se altere, tendo mesmo havido um aumento, ainda que insignificante.

Se a posição de Engenharia não se alterou, os aumentos verificados em M e F e E e S foram suficientes para *deslocar Direito do 2.º para o 4.º lugar* na hierarquia da participação dos diversos cursos na população estudantil masculina total, passando E e S do 3.º para o 2.º e M e F do 4.º para o 3.º. Ciências, apesar do seu brutal decréscimo (— 15,8 %), manteve-se o 6.º lugar, pois que os efectivos dos cursos que se lhe seguem (A e V e Arquitectura) ou não aumentaram (A e V) ou tendo aumentado (A) ainda não atingem sequer meio milhar.

No sub-conjunto feminino, são grandes as diferenças entre as taxas de crescimento dos diferentes cursos, indo de + 79,8 % em E e S a — 4,8 % em Ciências. A taxa mais baixa, à parte a taxa negativa de Ciências, é a de Letras, o que não implicou alteração do lugar deste curso na ordem de participação no total. No entanto, se nem sempre as espectaculares taxas de crescimento provocaram grandes diferenças de percentagem no total, tal não é o caso dos 79,8 % em E e S, que provocaram um aumento de participação, de 6,3 % em 1966-67, para 9,0 % em 1968-69, assim como de M e F (taxa de crescimento de 49,8 %), que subiu de 13,7 % para 16,5 %, enquanto Letras, apesar de conservar a sua supremacia, desceu de 49,0 % em 1966-67 para 46,9 % em 1968-69. Por seu lado, as taxas de crescimento de 34,0 % em Direito e Engenharia reflectem-se nos pequenos aumentos de 0,4 % nas participações femininas de cada um destes cursos na população universitária feminina total.

No conjunto dos ramos de ensino, só JES apresenta um avanço notável (de 11,1 % de participação no total passou a 14,2 %), tendo LBA e CT diminuído, este último devido à grande quebra em Ciências Exactas e Naturais, visto que todos os outros cursos aumentaram as suas participações, e M e F mesmo acentuadamente ¹³.

¹³ Em conjunto com a distribuição por cursos e ramos de ensino em 1966-67 e 1968-69 regista-se no *Quadro n.º 6* igual distribuição dos aumentos verificados entre esses dois anos lectivos. Ainda que, não se tratando apenas de primeiras inscrições, se não possa através dela prever modificações no perfil da procura preferencial dos diversos cursos, esta distribuição comparada com a distribuição do total dos inscritos, talvez sugira, ao menos, linhas tendenciais de evolução. Assim, ao nível do subconjunto H aparecem com força atractiva renovada os cursos M e F e em intensificação fortemente crescente os E e S. Estabilizado parece encontrar-se o curso de Engenharia e reduzida -

3. A distribuição dos estudantes por cursos

3.1 De alguns dos elementos referidos na última parte do ponto 2, já se esboça a estrutura de distribuição por cursos, quer no total quer por sexos, que podemos observar mais claramente no *Quadro n.º 6*.

Mais que no total, interessa considerar as muito diferenciadas estruturas nos sub-conjuntos masculino e feminino. Elas sugerem, pelas suas divergentes características, duas formas distintas de relação à condição estudantil, relacionadas provavelmente com distintos modos de relação à vida profissional, para um e outro sexo. Reflectirão, em última análise, uma situação do ensino universitário caracterizada por um duplo bloqueio: por um lado aos estratos sociais menos favorecidos, por outro ao sexo feminino^{13a}. Faltam-nos dados para avaliar até que ponto a multiplicação destes dois elementos coloca as raparigas dos estratos inferiores quer na pura e simples exclusão do ensino superior quer, dentro dele, na situação forçada de tirar tal ou tal curso.

De resto, parece ser essa «compulsividade» que se manifesta na estrutura da distribuição feminina por cursos, independentemente (até certo ponto) dos estratos sociais de origem. Tal «compulsividade» determina que essa distribuição seja a resultante dos efeitos múltiplos e recíprocos de factores de natureza socio-cultural, em vez de ser consequência de escolhas efectivas, da livre acção da «vocação» ou outras equivalentes fórmulas, que não são mais que o modo ideológico de justificar, da forma mais simples (e de, dessa maneira, impedir a manifestação das mais pertinentes causas), o estado de coisas com que se depara.

A ideia da organização da mente feminina privilegiando determinadas capacidades de percepção (exactamente as menos valorizadas pela cultura dominante), a ideia da especial aptidão (e daí «vocação») feminina para certas tarefas ou profissões, são, entre outras, mediações explícitas para a actualização de determinantes mais profundas e que nada têm a ver com a «natureza» feminina. Para mais, acontece que tais ideias, sendo, a certo nível,

mente crescente o de Arquitectura. Espectacular é o desinteresse por Ciências Exactas e Naturais, um pouco menos no caso de A e V. Direito parece também ver um pouco diminuídas as suas capacidades de atracção, assim como Letras, que neste sub-conjunto nunca pesou relevantemente.

Ao nível do sub-conjunto M, também os cursos de M e F parecem com tendência a recuperar posições perdidas (Cfr. AC-PL, quadro 1.6.) e, tal como entre os rapazes, parece intensificar-se a procura dos cursos E e S. Procuras intensificadas mas não tão decididamente podem considerar-se as de Engenharia, Direito e Agronomia e Veterinária. Também para as raparigas, os cursos de Letras poderão apresentar, ainda que transitòriamente, menor poder de atracção que em fases anteriores.

motores da situação que pretendem explicar, encontram nos seus efeitos um reforço da sua consistência.

Assim, acontece que em 1968-69 (e confirmando-se na generalidade uma situação já conhecida) 46,9 % dos efectivos femininos se concentravam nas Faculdades de Letras, o que, somado com o contingente que se lhe segue em ordem decrescente, os 14,8 % das Faculdades de Ciências, significa que 61,9 % das universitárias estavam inscritas nos dois cursos cuja função predominante, de há anos para cá, tem sido fornecer professores ao ensino secundário. Desligadas de qualquer preparação profissional específica (nem sequer para a docência), ensino de «humanidades» por um lado, de «abstracções científicas», por outro, estes cursos têm vindo a absorver o grosso de uma procura feminina culturalmente determinada nas suas «escolhas», insegura quanto à viabilidade do seu futuro profissional, polarizados que estão os seus projectos pela sua «missão» familiar essencial.

Daí, em parte, essa «natural» atracção por cursos relativamente breves, de investimento de esforço não muito pesado (isto sobretudo para Letras; mas, no interior das Faculdades de Ciências, a feminização dos vários cursos cresce na razão inversa da «dificuldade» dos mesmos¹⁴), cuja não utilização é provavelmente em muitos casos pouco frustrante («sempre se pode utilizar o brilho de uma cultura» ou «aplicar, seja ao que fôr, as visões superiores de uma mente organizada») ou, pelo menos, não tanto quanto a dos cursos mais directamente profissionalizados. Para mais, como alternativa à não utilização, sempre é considerada a hipótese (largamente verificada na prática¹⁵) do exercício de uma profissão,

^{13a} As formas e a intensidade deste bloqueio são, sem dúvida, diferentes num e noutro dos casos considerados. As determinações de classe e as de sexo (entendido sociologicamente) não são obviamente as mesmas, mas não é de todo desadequado relacionar dois factores com um mesmo efeito, pois que para além das possíveis divergências das suas mediações, eles estão sujeitos, em muitos pontos, à actuação de mecanismos comuns.

¹⁴ Não cabe nas dimensões desta nota examinar as repartições e percentagens H e M dos diferentes cursos no interior das Faculdades. Remetemos o leitor para as *Estatísticas da Educação* do I. N. E., onde poderá verificar que, em todos os cursos, a feminização se acentua nas partes dos cursos ou nas licenciaturas mais «fáceis».

¹⁵ Veja-se, no *X Recenseamento Geral da População*, Tomo V, vol. 1.º, Quadro n.º 3, a repartição, por profissões, dos indivíduos da população activa, masculinos e femininos, possuindo um grau de ensino superior.

Notem-se as diferenças entre uma e outra distribuição e a considerável percentagem de professores do ensino secundário na referida população activa feminina com instrução superior. Como apoio à referência feita no nosso texto à frequente não-utilização feminina da formação universitária adquirida, será útil observar a diferença entre os quocientes masculinos e femininos calculados sobre os totais dos indivíduos que compõem a população residente com curso superior e os totais dos indivíduos com o mesmo grau de instrução na população activa. Por falta de espaço, não publicamos os cálculos que efectuámos.

o professorado, propicia à contribuição «especificamente» feminina: o aspecto «maternal» do contacto com crianças, a paciência, o carinho, a dedicação...

Talvez sejam ainda imagens deste tipo que em parte comandam o sentido das linhas de atracção para o curso de Medicina, cujos efectivos vêm em terceiro lugar na ordem das preferências, ainda que apenas com 9,9 % do total ¹⁶.

A partir daqui situam-se, em posição que podemos considerar média, na fracção deixada livre pelos cursos de Letras e Ciências, os efectivos de Farmácia, 6,6 %; Económicas, 5,8 %; Engenharia, 5,6 % e Direito, 5,2 %. Mais abaixo vêm ISCSPU com 3,2 %, A e V com 1,2 % (e destes apenas 0,1 % para V), e finalmente Arquitectura com 0,7 %.

Se em comparação com o ano anterior considerado (1966-67), a distribuição em 1968-69 parece deixar entrever, pelo esboço de uma certa «descompressão» nos cursos de Ciências e Letras, pelo maior interesse pelos cursos M e F e E e S, pelos tímidos avanços em Engenharia e Direito ¹⁷, um movimento de procura mais diversificado, ele ainda não é suficientemente vincado, de forma a alterar o sentido global da estrutura, lido nos seus pesados 47,6 % de cursos LBA, face aos 38,1 % de cursos CT (dos quais, quase metade absorve Ciências) e aos escassos 14,2 % de JES.

3.2 Considerar a estrutura feminina da distribuição por cursos como efeito de factores socio-culturais não controlados pelos sujeitos, dependendo entre outros não da sua «natureza» mas da sua «condição» social feminina, não significa que a situação dos estudantes do sexo masculino esteja isenta de condicionantes. Também para eles são particularmente «indicados» uns cursos e não outros; sobre eles pesam igualmente imagens culturais que prestigiam preferencialmente certos cursos (desde o prestígio da tradição até ao prestígio do saber técnico ou do poder económico que propiciam) que são exactamente considerados os cursos «masculinos» ¹⁸; também entre eles não é para todos que

¹⁶ No início da série cronológica analisada em AC-PL (1940-41), e durante largos anos, a percentagem de estudantes do sexo feminino inscritos nos cursos M e F aproximava-se muito da dos cursos de Letras. Com o decorrer do tempo essa percentagem veio progressivamente a contrair-se em benefício quase exclusivo da dos cursos de Letras. No entanto, a partir de 1964-65 parece registar-se uma subida, que a percentagem de 1968-69 confirma: 1964-65, 11,5 %; 1965-66, 12,8 %; 1966-67, 13,7 % e 1968-69, 16,5 %.

¹⁷ Avanços e maior interesse que se traduzem igualmente por taxas crescentes de feminização: M e F em 1966-67, 37,0 % — em 1968-69, 40,3 %; E e S, 1966-67, 20,7 % — em 1968-69, 26,7 %; Engenharia, 1966-67, 11,2 % — em 1968-69, 12,6 % e Direito, 1966-67, 16,5 % — em 1968-69, 19,3 %. Ver *Quadro n.º 7*.

¹⁸ Por mais não fosse que pelas altas taxas de masculinização que apresentam...

os cursos mais «valorizados» se abrem¹⁹. Também para eles, portanto, a «escolha» é determinada por factores socio-culturais que, por um lado, os beneficiam em relação às raparigas²⁰ e que, por outro, no interior do seu próprio grupo, beneficiam mais uns do que outros, na dependência do seu estado social de origem ou das vantagens culturais familiares²¹.

No sub-conjunto masculino as preferências vão, assim, para Engenharia, com 28,9 % dos efectivos, Medicina com 16,9 % e Direito com 16,0 %. A soma destes três é praticamente igual à soma indicada para as raparigas nos cursos de Letras e Ciências, 61,8 %. Do resto, só sobressai Economia com 14,6 %, curso que nos últimos anos tem conhecido uma expansão acentuada, e do qual seria interessante actualizar os dados respeitantes à sua composição social. Abaixo destes, pulverizam-se as participações, restando Letras, ainda com 8,9 %, seguido pelo ISCSPU com 3,7 %, A e V com 3,0 %, Arquitectura com 2,2 % e finalmente Farmácia com 1,2 %.

No conjunto dos ramos de ensino, os cursos CT são os que maiores contingentes absorvem, 54,5 % (somando Engenharia e M e F: 47 %), seguidos pelos cursos JES, com 34,3 %, e LBA, com 11,1 %. Relativamente ao ano 1966-67, há a registar o aumento dos cursos JES, sobre as diminuições de LBA e CT, nestes últimos devido à quebra considerável em Ciências Exactas Naturais.

3.3 Há assim, pois, cursos «femininos», cursos «masculinos», e uma outra forma de o ver é o grau de feminização de cada um deles, que se contém no *Quadro n.º 7*.

O grande ramo feminino é evidentemente LBA (76 % — M) isto é, os cursos de Letras, com os seus 79,6 % de raparigas; os cursos jurídicos e sociais são ainda predominantemente masculinos.

¹⁹ Ver em SN-1, o Quadro da composição social dos cursos e ramos de ensino, que revela diferenças bastante nítidas no acesso aos diversos cursos, dados contendo a distribuição por cursos dos diferentes estratos sociais considerados. São postos em evidência os objectos das «preferências» de cada um deles, manifestando bem claramente como a origem social do estudante pode condicionar a escolha do curso, através de mediações que só um estudo especialmente orientado para este problema pode revelar, devendo ser mais bem fortes essas condicionantes que o imperativo vocacional, que é correntemente considerado o motor fundamental da «escolha».

²⁰ ...pois que os canalizam de preferência para aqueles cursos que, certa ou erradamente, são mais cotados, segundo os critérios que os valores da cultura dominante impõem...

²¹ O estudo da influência destes factores ainda está em parte por fazer e por outro lado o que está feito está-se desactualizando. No entanto a informação reunida e a interpretação produzida, apesar das limitações apontadas, merecem ser conhecidas, pois que são o primeiro passo para o entendimento de uma situação em apoio da qual vêm alguns estudos feitos noutros países. Cfr. SN-1 e SN-2, e ainda o trabalho de A. Sedas Nunes — «A Universidade no sistema social português», publicado neste mesmo número de *Análise Social*.

Taxas de feminização da população estudantil, por ramos de ensino, agregados de cursos, e cursos, nos anos lectivos de 1966/67 e 1968/69

QUADRO 7

	1966/67	1968/69
<i>TOTAL</i>	41,0 %	42,5 %
<i>Cursos LBA</i>		
Total	74,8 %	76,0 %
Letras	78,1 %	79,6 %
Belas-Artes	17,9 %	18,5 %
<i>Cursos JES</i>		
Total	18,6 %	23,4 %
Direito	16,5 %	19,3 %
E e S	20,7 %	26,7 %
Económicas	—	22,7 %
ISCSPU	—	38,8 %
<i>Cursos CT</i>		
Total	33,3 %	34,1 %
Ciências Exactas e Naturais	68,1 %	70,7 %
M e F	37,0 %	40,3 %
Medicina	—	30,2 %
Farmácia	—	80,8 %
Engenharia	11,2 %	12,6 %
A e V	18,1 %	23,9 %
Agronomia	—	26,6 %
Veterinária	—	13,5 %

FONTES: Para os dados de 1966/67, AC-PL, Quadro 1.7; para os de 1968/69, I. N. E., *Estatística da Educação*, 1968/69.

nos, pois que aí a população feminina apenas atinge os 23,4 % (e isto apesar da taxa de feminização do ISCSPU, de 38,8 %) e finalmente os cursos CT, com 34,1 % de feminização numa situação global intermédia.

Porém, analisados os cursos, no interior dos ramos, verifica-se, por exemplo, que os 34,1 % dos cursos CT são a resultante de

situações diversas. Aqui «femininos» são os cursos de Ciências e Farmácia, com 70,7 % e 80,8 % de raparigas, respectivamente. Medicina e Agronomia apresentam percentagens que podem considerar-se perto da média. Veterinária e Engenharia são nitidamente «masculinos». Aí as percentagens M não parecem representar mais que um limiar inferior de tolerância ao acesso feminino: 13,5 % e 12,6 % de raparigas, respectivamente.

Também em LBA, o curso de Arquitectura, ao contrário do de Letras, pouco tem de «feminino», com apenas 18,5 % de taxa de feminização.

A situação no ramo JES representa menores desvios internos: o ISCSPU num dos limites (com 38,8 %), Direito no outro (19,3 %) (apresentando-se este actualmente como o mais «resistente» ao acesso feminino); Económicas situam-se entre os dois, com 22,7 %, numa posição que o aproxima mais de Direito, frente ao ISCSPU.

Apenas de passagem e remetendo para a *Estatística da Educação*, será de notar que dentro de um mesmo curso, consoante as licenciaturas ou os diferentes graus dos cursos, se reproduzem hierarquias de feminização.

Assim, e citando apenas alguns casos, em Ciências, que apresenta globalmente (excluindo os alunos dos preparatórios de engenharia, dos quais apenas 11,9 % são raparigas) uma percentagem feminina de 80,4 % no conjunto da «nova reforma» (54,3 % na «antiga»), o curso de Matemática Aplicada apresenta 81,4 %, enquanto Matemática Pura apenas vai até 73,6 %; Química tem 87,8 % de raparigas e Geologia apenas 59,3 %. Em Letras, cujo sub-conjunto feminino engloba 79,6 % do total, em Filosofia atinge apenas 59,4 %, enquanto Filologia Germânica e Geografia sobem a 88,4 % e 87,8 % respectivamente, não falando do curso para professores adjuntos (que não é uma licenciatura), que alcança os 90,5 %. Também em Farmácia, o curso geral (3 anos) tem uma participação feminina de 83,3 %, (a global é de 80,8 %), enquanto o complementar (licenciatura) apenas tem²² 73,6 %. E em Direito, apesar dos números de base serem muito reduzidos no que respeita aos cursos complementares, perdendo portanto a comparação um pouco do seu significado, verifica-se entre estes e o curso geral uma diferença que vai dos 19,5 % no curso geral aos 3,8 % nos complementares.

3.4 Em alguns comentários feitos atrás, incluindo os últimos que fizemos, há a sugestão implícita de que à feminização intensa ou escassa se prende a qualidade «má» ou «boa» de cada curso. Convém agora situar os limites da ideia que relaciona demasiado

²² Quando se diz «apenas» é, evidentemente, em relação à média próxima, e não pelo valor em si mesmo.

rápida e simplesmente as duas partes desta proposição. Não é, evidentemente, porque tem muitas raparigas que um curso é «mau», mas já não negaremos tão claramente que um curso tem muitas raparigas porque é um «mau» curso ²³. E esta desigualdade revela o significado que se pode dar, em cada situação social concreta, a uma taxa de feminização: ela é apenas um indicador, cujo valor e sentido lhe vem da relação reiteradamente verificada entre os seus valores e os valores de outros indicadores de «valorização social», sejam eles as percentagens de estudantes de classes superiores no curso, as percentagens de alunos com bons resultados no ensino secundário, a composição (segundo a hierarquia escolar ou segundo a origem social) do corpo docente, as carreiras que o curso propicia, etc..

A feminização não é, pois, uma causa de desvalorização, mas *pode* ser um indicador dela. É já quase uma lei que, ao longo do processo de evolução de uma sociedade onde os factores sociais do desenvolvimento não sejam deliberadamente provocados e controlados, vão sendo deixadas, pelos homens às mulheres, pelos privilegiados aos outros (ou vão sendo criadas para eles), as actividades, as tarefas, os bens a que a sociedade, através da influência dos seus grupos dominantes, atribui ou passou a atribuir valor menor.

Maio de 1971

²³ Aqui não se trata evidentemente da má ou boa qualidade pedagógica dos cursos (ainda que este não seja um elemento desprezível), mas sim do seu valor «social», como mais adiante se refere.